

Cabo Verde e o silêncio em torno da cultura cafeeira durante as primeiras décadas do séc. XIX

 Alan de Carvalho Souza*

Resumo: Em 1803 o cultivo do café foi recomendado a Cabo Verde pelo governo central português. Contudo, o desenvolvimento da lavra não foi mencionado nas correspondências dos governadores, mesmo sendo considerado como o produto de maior riqueza do território. O “reaparecimento” só ocorreu no ano de 1826 na Representação dos comerciantes da praça de Lisboa encaminhada a Real Junta do Comércio em Lisboa, na qual foram apresentados os motivos pela “improdutividade” do arquipélago. O objetivo deste artigo é compreender e explicar a ausência de citação sobre a produção do café exatamente durante o período de sua indicação até sua menção no abaixo-assinado. Indaga-se assim, qual teria sido o motivo.

Palavras-chave: Cabo Verde; café; declínio; agricultura.

Cape Verde and the silence surrounding the coffee culture during the first decades of the 19th century

Abstract: In 1803 the cultivation of coffee was recommended to Cape Verde by the portuguese central government. However, the development of the mine was not mentioned in the governors' correspondence, even though it was considered to be the most wealthy product of the possession. The “reappearance” only took place in 1826 at the Representation of merchants in Lisbon square sent to the Royal Board of Trade in Lisbon, in which the reasons for the “unproductivity” of the archipelago were presented. The purpose of this article is to seek to understand and explain the absence of citations about coffee production exactly during the period of its indication until its mention in the undersigned. One wonders, what would have been the reason.

Keywords: Cape Verde; coffee; decline; agriculture.

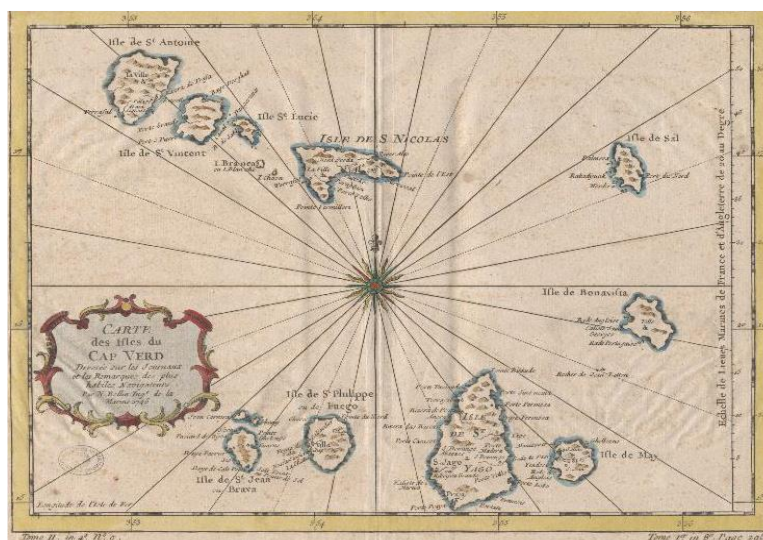
* Doutor em História pela Universidade de Lisboa: E-mail: ppunk_alan@hotmail.com



Cabo Verde teve suas primeiras ilhas (Santiago, Fogo, Maio, Boa Vista e Sal) “descobertas” em 1460. Entretanto, não há consenso. De acordo com o cronista Damião Góes, o achamento do arquipélago teria ocorrido em 1445 após Luiz de Cadamosto e António Neli terem se encontrado no rio Gâmbia e durante a viagem “acharem” as ilhas de Cabo Verde. No entanto, o rei português d. Manuel decidiu conceder a António Neli a “graça” de ter descoberto as ilhas de Cabo Verde (Pereira, 2006: 11-12).

A ocupação do território, que não possuía nativos, iniciou-se por Santiago em 1462 com genoveses, portugueses e africanos (Carreira, 1983: 28).¹ O interesse inicial era o econômico e por essa razão, segundo Danilo dos Santos (Santos, 2011: 54), em uma primeira fase foram atraídos os comerciantes, mas não só. Degredados foram integrados à formação daquela sociedade chegando a ocupar cargos de grande relevância (Santos, 2011: 55). Ademais, desde a ocupação inicial percebeu-se a necessidade da utilização de mão de obra de africanos escravizados (Carreira, 1983: 28-29), processo considerado como um dos primeiros ensaios de colonização escravista (Azevedo, 1947: 228) que mais tarde encadearia a mestiçagem no arquipélago.

Imagem I -Mapa de Cabo Verde



Fonte: PT/AHU/CARTI/024/00169–CARTA DA ILHA DE S. THIAGO / Comissão de Cartografia, 1890.-Escala de 1: 100000.

¹ A ilha de Santiago foi dividida em duas capitânias: a do Sul, entregue a António Noli, como prêmio pela descoberta; a segunda, ao norte, entregue a Diogo Afonso, contador da Ilha da Madeira. Este ao contrário de António Noli, não residiu na Ilha de Santiago.

Já na viragem do século XVIII para o XIX, quando Portugal apresentava recuperação de sua balança comercial em relação a duas grandes forças econômicas (Inglaterra e França) com *superávit em média, mais de 2.500 contos de réis por ano entre 1796 a 1806*, Cabo Verde pouco ou quase não impactava no *superávit* apresentado.

Em 8 de Janeiro de 1803, António Pusich, então intendente geral das ilhas de Cabo Verde, encaminhou ofício ao secretário de Estado dos Negócios do Ultramar sobre a situação do arquipélago.² O documento descrevia o estado em que se encontrava a possessão, mas não passou de retórica para solicitar o cargo de governador, que se encontrava vago após o falecimento de Marcelino António Bastos (Pereira, 2016: 225-230).

Na descrição, Pusich apresentou os produtos comercializados pelo arquipélago. Sem grandes fabricos, a possessão produzia laranja, cana-de-açúcar e café, porém com dificuldades para diversificar a agricultura em razão das condições ecológicas (longos períodos de seca). De acordo com a *Memoria Fysico-Politica* de António Pusich, a exportação de Cabo Verde num bom ano consistia em:

Tabela I - Produtos exportados por Cabo Verde

Panos para Guiné	6:000\$000
Aguardente	2:000\$000
Milho para ilha da Madeira	18:000\$000
Sal para América, Madeira e Açores	30:000\$000
Pellamo(<i>sic</i>), Couros para América	4:000\$000
Gado e refresco para navios	12:000\$000
Urzela ³	10:000\$000

Fonte: (Neves, 1830: 114-115).

² Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Conselho Ultramarino (CU), PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 54, doc. 1. *Ofício*, São Nicolau, 8 de jan. de 1803.

³ Roccella tinctoria. Líquen – Ser vivo que corresponde à associação em simbiose de uma alga e um fungo encontrado em rochedos, do qual se extrai o tintorial de cor violácea.

No início do século XIX, Cabo Verde buscava impulsionar sua agricultura após o abatimento agrícola durante o Setecentos – além das limitações impostas pelo clima, como longos períodos de seca, fome, epidemias, Cabo Verde ainda convivia com o problema da concentração agrária pela vinculação de terras, chamados de morgadios ou morgados, que contrariavam o comércio (Pereira, 2006: 4). Havia ainda a ocorrência de muitas fugas de escravizados, em parte incentivadas pelos próprios proprietários, que buscavam proteger o investimento dos ataques estrangeiros (Carreira, 1983: 328)⁴ e, outras mais, decorrentes da resistência ao trabalho forçado.

No ano de 1804, em razão da evasão de escravos, o governador António Coutinho de Lencastre ordenou em cada freguesia do arquipélago a criação da função de capitão do mato e meirinho da serra para tratarem dos cativos fugidos e das pessoas que ocultavam as fugas (Carreira, 1983: 348); concomitantemente, buscava-se novo ímpeto na agricultura e na cultura cafeeira.

Observamos que nos primeiros anos do século XIX, mesmo sendo objeto de incentivo o café não foi mencionado ou citado entre os produtos exportados pela possessão; apesar do seu cultivo desde a década de 1750. Outro ponto: desde os anos finais do Setecentos e iniciais do Oitocentos o grão alcançou o *status* de principal produto do arquipélago.

Questiona-se: por que um gênero substancial não era citado? Seria o estado “decadente” de Cabo Verde a razão? Mas a “decadência” não seria o motivo para a sua citação, uma vez considerado como o principal produto?

O café

Há registro da presença de arbustos de café no arquipélago desde meados do século XVIII. Em viagem a ilha de Santiago, Jean Baptiste Christian Fusée-Aublet encontrou cafeeiros plantados *ao abrigo de grandes*

⁴ Por exemplo: investida francesa na ilha de Santiago em 1712. As fugas organizadas pelos proprietários visavam a manutenção de seus escravos que nas investidas estrangeiras no arquipélago eram capturados, embarcados e revendidos.

árvores [...] estas árvores, levantadas a cerca de cinco pés, eram de uma bela vegetação e carregadas de frutas, seus galhos espalhados por toda a folhagem (Aublet, 1755: 52). Esse relato, datado de 1 de março de 1754, aponta que a introdução da cultura cafeeira foi muito anterior ao ano de 1790, data difundida por diversos trabalhos, como de José J. Lopes de Lima de 1844 e Cardoso de 1994.

Mesmo com a presença do café desde meados do século XVIII, é fato que a cultura só se desenvolveu a partir de 1790. Provavelmente, o motivo para o lento desenvolvimento tenha sido as condições ecológicas; mas não passa de uma hipótese. O “novo impulso” na cultura cafeeira a partir da citada década deve-se ao aumento da demanda pelo mercado após a revolução de São Domingos, colônia francesa que se declarou independente em 1804.

Sendo Cabo Verde uma possessão que ninguém se serve senão com escravos (Senna, 1987: 60), e igualmente ao observado em São Tomé e Príncipe (Souza, 2021: 64), a mão de obra escrava foi a aposta para o desenvolvimento da lavoura. Semelhantemente ao citado arquipélago foi o pequeno proprietário o responsável pelo avanço da cultura cafeeira, conforme se observa na *Memória dos artigos e produções das ilhas de Cabo Verde* (Pereira, 2016: 183), que apresentou os gêneros agrícolas de cada uma das ilhas do arquipélago. Encontra-se na citada memória que *de sete anos a esta parte principiarão 3 ou 4 indivíduos nesta Ilha [Santiago] a cultivar algum café nos regadios [...] de que vegeta muito bem [...] o seu fruto d’uma qualidade excelente* (Pereira, 2016: 183). O registro ainda apresentou o período da chegada do café na ilha de São Nicolau:

á 15 ou 16 anos obtive das West’Índias um indivíduo filho deste Reino e morador na Ilha umas poucas sementes de café das quais semeando-as lhe nascerão 5 pés [...] de 5 ou 6 anos para cá se tem vários moradores aplicados a estender esta cultura [...] (Pereira, 2016: 183).

Mesmo com o novo fôlego a partir da última década do XVIII e sem grande desenvolvimento, o grão já era cotado como o produto de maior valor para a possessão portuguesa. Estimava-se o café em 14:000\$000 réis seguido pelo “milho e vinha”, ambos com 7:200\$000; algodão, 6:000\$000

réis; purgueira, 3:750\$000; urzela e sangue de drago, 2:000\$000 (Pereira, 2016: 225-230).⁵

Ainda no ofício de 8 de janeiro de 1803, António Pusich informou que, para além dos valores acima citados, a implantação do café em São Nicolau se deu para *alguns por curiosidade* e já estimativa em *3 mil pés* (Pereira, 2016: 225-230). No mesmo ano de 1803, o novo governador geral, D. António Coutinho de Lencastre, recebeu a instrução da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos de procurar o aumento *das culturas que o País é susceptível, como são as do Anil, Algodão, Café, e principalmente a do Milho* (Pereira, 2016: 231-232).⁶ O objetivo de uma maior produção agrícola era provocar ou impulsionar *a navegação direta daquelas ilhas para este Reino vendo-se se os negociantes mais abonados se animam a comprar Embarcações, e a fazer remessas das produções coloniais.*⁷

Mas em pouco tempo, Cabo Verde, devido à proibição inglesa do comércio de escravizados, sofreria o impacto da ação no desenvolvimento de sua agricultura, em especial na lavoura cafeeira. Para além das consequências do embargo, Cabo Verde preocupava-se com os desdobramentos da fuga da corte para o Brasil.

O ano de 1807 foi, no mínimo, particular para Portugal. O período compreende o embarque da corte e, também, o de maior comércio de algodão com a França, superando o volume com a Inglaterra e totalizando 330 mil arrobas (1804, 1806 e 1807) (Silbert, 1972: 59-60).⁸

⁵ PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 54, doc. 1. *Ofício*, 8 de jan de 1803 de António Pusich ao Visconde de Anadia – Secretário de Estado dos Negócios do Ultramar sobre a situação das ilhas e diversos outros assuntos.

⁶Instruções da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 54, doc. 61. Documento também transcrito por Daniel A. Pereira. Ver em: Pereira, 2016, p, 231-232.

⁷PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 54, doc. 61.

⁸ De acordo com o texto publicado em 1840 intitulado: *Males que tem resultado a Portugal dos tratados de Commercio celebrados com a Inglaterra: necessidade de promover a nossa industria fabril e meios de tirar vantagem da navegação e commercio com as nossas possessões ultramarinas a despeito das tramas do Governo daquele Paiz*, a margem de lucro alcançava 400% a mais do valor pago inicialmente.

Afora o volume do comércio com a França, o início do XIX foi uma época de *superávit* comercial após o Setecentos ter sido de déficit (Costa; Lains; Miranda, 2011: 249). Observamos nessa recuperação a importância da reexportação de produtos coloniais. Se no ano de 1800 o saldo positivo da balança comercial foi de 653.455 réis, 80,3% desse volume consistia na reexportação de gêneros oriundos do ultramar (Costa; Lains; Miranda, 2011: 264). Constata-se também a importância econômica da função de entreposto exercida por Portugal já em uma época sem o protagonismo da remessa do ouro proveniente da América portuguesa. A balança comercial de Portugal alcançou no ano de 1805 o saldo superior a 7 milhões de réis (Costa, Lains e Miranda, 2011: 249).

Trata-se, possivelmente, da fase mais importante, ao menos economicamente, da história do império português, que vivenciava seu melhor período mercatório, juntamente com seus dois principais parceiros comerciais, Inglaterra e França. Estes eram também os notáveis inimigos que ameaçavam dominar e dividir o império. A França pretendia dominar o território europeu e dividir a jurisdição com a Espanha.⁹ Já a Inglaterra, a tomar a América portuguesa em caso de submissão portuguesa à França.

Sobre esse momento ímpar, o jornal *Correio Braziliense*, editado por Hipólito da Costa,¹⁰ reproduziu em 1808 o despacho do então secretário de Estado de Negócios Estrangeiros britânico, Srº C. J. Fox, apresentado à Casa dos Comuns em 1806, no qual foi apresentado tanto o desejo da Inglaterra quanto da França.¹¹

A Inglaterra chegou a dar instruções, orientando a utilização de todos os meios possíveis, para demonstrar à Família Real que o melhor seria a fuga

⁹ Extracto de hum despacho do Secretário Fox aos Condes de Rossyn, e de S. Vicente, e ao Tenente General Simcoe, datado de 9 de agosto de 1806, em que lhes comunica a formal determinação do Governo Francez de invadir o Reino de Portugal e inclui instrucções sobre as medidas que se devem tomar nesta conjuntura" (*Correio Braziliense* de setembro de 1808).

¹⁰Hipólito da Costa nasceu na colônia de Sacramento, atual Uruguai, em 1774. Foi torturado pela Inquisição em Portugal, tendo, depois, passado a residir em Londres, onde fundou o *Correio Braziliense* em 1808. Faleceu em 1825 (Manchester, 1973: 91).

¹¹ Extracto de hum despacho do Secretário Fox aos Condes de Rossyn, e de S. Vicente, e ao Tenente General Simcoe, datado de 9 de agosto de 1806, em que lhes comunica a formal determinação do Governo Francez de invadir o Reino de Portugal e inclui instrucções sobre as medidas que se devem tomar nesta conjuntura. *Correio*, 1808.

para a colônia na América. Um manifesto em língua portuguesa circulou justificando o socorro militar oferecido de modo a evitar que a esquadra portuguesa caísse em mãos francesas. De tal modo, orientou a confecção de um plano para que os navios portugueses fossem entregues a Inglaterra e *retidos em depósito, ou fiança para Portugal [...]*. Por fim, em caso de indecisão, a instrução era agir naturalmente e demonstrar que *a consequência certa para sua submissão a França deve ser a perda do Brasil, que, em tal caso, será este país obrigado a tomar para sua segurança*.¹²

A fuga para o Brasil sob proteção inglesa inseriu Portugal em um novo contexto político de imposições, das quais, a princípio, não dispunha de meios financeiros, bélicos e políticos que não fosse a “aceitação” do interesse comercial da Inglaterra. Naquele momento, Cabo Verde buscou se proteger de uma possível investida francesa, tendo o governador ordenado *para que se pusessem estas ilhas no Estado de defesa, que a sua situação, forças e recursos permitem*¹³; para mais, as consequências para os domínios de Cabo Verde, Angola e São Tomé e Príncipe foi a estagnação na agricultura e a ausência de ajuda do governo central.

“Decadência” em Cabo Verde

Nos últimos trinta anos do Setecentos houve uma crise agrícola em Portugal (Pedreira; Monteiro, 2013: 130). José Luís M. Cardoso, ao analisar o período chamou atenção para a aceitação pacífica do *diagnóstico da decadência*, que poderia contribuir para reforçar um mito. Para José Luís Cardoso (1988: 172-173), a decadência tanto salientada pelos memorialistas era *uma arma ideológica bramida contra um estado de coisas; [...] era o ponto de partida para a apresentação de propostas de renovação do tecido econômico e social*.

¹² *Correio Braziliense* de setembro de 1808.

¹³ PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 58 A, doc. 01. *Ofício* encaminhado pelo governador geral de Cabo Verde, António Coutinho de Lencastre, ao Visconde de Anadia, Secretário de Estado dos Negócios do Ultramar, Vila da Praia, 27 de set. 1808.

Ao examinar as correspondências dos governadores de Cabo Verde, deve-se ter a mesma atenção para não repetir um discurso. Naquele momento, após a fuga da corte, a possessão, para além dos desdobramentos de tal ação, se pôs em *estado de defesa*¹⁴ perante uma possível invasão francesa. Cabo Verde lidava, ainda, com os efeitos da seca, que afetavam diretamente a agricultura e sua diversificação, assim como a fome e epidemias (Pereira, 2006) e (Ribeiro, 1997).¹⁵

Em 1811 um aviso do conselheiro de Estado e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos à Cabo Verde responsabilizava o governador pela “decadência” da possessão: *Desta falta de indústria tem resultado a progressiva diminuição na população, que, no espaço de quarenta anos parece ter diminuído de metade, desta, a falta de Agricultura [...]* (Pereira, 2016: 61-81).¹⁶

A cobrança utilizou como parâmetro o período em que a possessão esteve sob o governo de Marcelino António Bastos (1796-1802), época em que o café foi considerado a maior riqueza do arquipélago com a metrópole apresentando *superávit* comercial. Entretanto, quando da cobrança por maior desenvolvimento de Cabo Verde, o momento era diferente com a corte estabelecida nos trópicos, isto é, na América portuguesa, e de vigência do tratado comercial entre Portugal e Inglaterra.

A abertura dos portos brasileiros, por conseguinte, a assinatura dos tratados de 1810, Aliança/Amizade e Comércio/Navegação, foram atos resultantes da submissão portuguesa ao poderio da Inglaterra. Esta garantiu a manutenção da coroa na Casa de Bragança, sua própria sobrevivência, assim como a manutenção do território europeu (Souza, 2020).

Essa conjuntura colocou Portugal em uma nova situação, que, a princípio, provocou nos historiadores argumentações sobre a irrelevância

¹⁴ PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 58 A, doc. 01. *Ofício* encaminhado pelo governador geral de Cabo Verde, António Coutinho de Lencastre, ao Visconde de Anadia, Secretário de Estado dos Negócios do Ultramar, Vila da Praia, 27 de set. 1808.

¹⁵ Sobre as mortes decorrentes da seca, em especial as da década de 1830, ver: PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx 97, doc 102.

¹⁶ PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 58, doc. 44. *Aviso* do Conselheiro de Estado e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Rio de Janeiro, 6 de set. 1811.

econômica dos domínios ultramarinos. Jorge Pedreira e Nuno Monteiro na publicação intitulada *As chaves do período* (2013: 28) afirmaram que a abertura dos portos e depois a independência do Brasil levaram a tal cenário. Há de se separar esses dois pontos. Quanto à abertura dos portos abrangerem somente as *necessidades e interesses do Brasil* (Pedreira, 2013: 95), seria desconsiderar que os tratados celebrados em 1810 resultaram do “pagamento” português ao apoio oferecido pela Inglaterra, que assegurou o território europeu e protegeu a fuga da corte para o Brasil. A abertura dos portos e posteriores acordos configuravam partes dos ajustes convenientes à Inglaterra (Correio, 1808).

Portanto, a ideia de que a economia dos domínios ultramarinos era irrelevante, mesmo não impactando no *superávit* comercial vivido por Portugal no início do Oitocentos, é, no mínimo, uma afirmação incongruente. Há indícios de que houve consideração por uma maior troca de produtos coloniais de Cabo Verde com a metrópole; no entanto, a instrução da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos ao governador D. António Coutinho de Lencastre deixava claro que a responsabilidade e o incremento à barganha ficavam a cargo dos moradores do arquipélago.¹⁷

Um segundo ponto é a alíquota de 30% cobrada na metrópole sobre os gêneros oriundos dos domínios portugueses em África¹⁸, muito superior a cobrada sobre os produtos provenientes do Brasil. O terceiro e último ponto foi a época da instrução enviada à Cabo Verde. A partir da década de 1810, com a corte sediada no Rio de Janeiro, os domínios portugueses no Atlântico passaram a despertar maior interesse exploratório por parte do governo central. Todavia, observa que o texto da instrução, datado em 6 de setembro de 1811, não considerou os problemas enfrentados pelo arquipélago, como a

¹⁷ Instruções da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 54, doc. 61.

¹⁸ A mudança da taxa só ocorreu em 14 de dezembro de 1829 com a publicação do alvará que estabeleceu a alíquota de 10%.

baixa exploração das terras em razão dos morgadios (Pereira, 2006), fome e epidemias.

Irrelevância econômica de Cabo Verde?

Na instrução enviada a Cabo Verde pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, o conselheiro e secretário conde das Galveias responsabilizava o governador pelo não desenvolvimento. E reduzia o impacto das condições climáticas no desenvolvimento do arquipélago alegando [...] *que a incúria, o desleixo, e a indolência têm adquirido n'essas ilhas um tão vigoroso predomínio, [...] desses habitantes de homens brutos, tem chegado ao extremo de fazer apagar as primeiras ideias de Agricultura [...]* (Pereira, 2016: 61-81).

Entretanto, o próprio conde das Galveias reconhecia que *os estragos mais destrutivos que nessas Ilhas se tem experimentado procederam e procedem das fomes ocasionadas pelas Secas* (Pereira, 2016: 61-81). Segundo o conselheiro e secretário, o expediente para mitigar a fome seria o *estabelecimento em cada Ilha dos depósitos, celeiros ou armazéns de reserva por conta do Público [...]* da obrigação de abastecer os depósitos por conta do Público, mediante uma taxa regular sobre os proprietários (Pereira, 2016: 61-81).

A única ajuda por parte da Fazenda Pública seria o estabelecimento de depósito de instrumentos para lavoura; no entanto, apenas *naquelas Ilhas que fossem mais populosas*. O objetivo dessa medida era subministrar aos lavradores os instrumentos [...] *para pagarem o importe depois da lavoura pelo custo postos no armazém com cinco por cento de excesso* (Pereira, 2016: 61-81).

Se havia “decadência”, essa ocorria, principalmente, em razão das condições climáticas, ou seja, longos períodos de estiagem. Por sua vez, a coroa pouco ou quase nada fazia para combater a fome, doenças e a estagnação de Cabo Verde. Das soluções apontadas no ofício, praticamente os custos iniciais e finais das “estratégias” ficavam a cargo dos proprietários de terras e dos moradores.

Em resposta ao conde das Galveias,¹⁹ o governador António de Lencastre contestou as acusações de ser o responsável pela decadência da possessão. Ele argumentou que a fertilidade do solo não era responsabilidade apenas da ocorrência de chuvas, mas fruto também do trabalho do homem. Ao citar o trabalho humano, o governador estava criticando o governo central pela ausência de ajuda para a solução dos problemas enfrentados pelo arquipélago. Assim, respondeu o governador:

[...] pedia-se mandassem homens, que intentassem, e soubessem praticar aquele Ofício [tirar água], e nada se resolveu, o que foi consequente a não se fornecer alguns avances pecuniários, porque de outra sorte nada se fazia ainda que viessem; pois que não sendo os Proprietários abastados de dinheiros, que era forçoso despende, lhes falecia o ânimo, e possibilidade para se arrojarem a tentativas aventuradas, em que só são certas as despesas, e contingentes os efeitos.²⁰

Ao mencionar que não foram enviados trabalhadores e auxílio financeiro, António de Lencastre justificava, em razão do estado econômico da possessão, a impossibilidade de realizar qualquer ação mais consistente que pudesse, de certo modo, provocar uma maior produção e diversificação agrícola, e consequentemente aumento da receita. O governador, limitado economicamente e proibido por Ordem Real do Erário em realizar despesas, lembrava a promessa de *que do Reino, e dos Açores se mandariam novos Colonos para se efetuar a Povoação da ilha, os quais não chegaram, havendo dezessete anos [...]*.²¹

Mesmo não contando com a ajuda do governo central, António C. de Lencastre, apesar de não ter recursos para as construções de armazéns, aproveitou para salientar o zelo do seu governo com a agricultura, a qual buscou promover com [...] *a fatura de caminhos capazes de admitirem Carros, que introduzi para facilidade dos Transportes, e comodidades dos Viandantes; objetos de que nunca nesta ilha houve pensamento [...]*.²² O governador ainda apresentou os feitos realizados como justificativas do

¹⁹ PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 60, doc. 39. Ofício, Vila da Praia, 28 de Out. 1812. Documento também transcrito por Daniel Pereira (2016: 105-161). Segundo o autor da transcrição trata-se de uma fonte ímpar da história agropecuária e da administração política de Cabo Verde.

²⁰ PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 60, doc. 39. Ofício, Vila da Praia, 28 de Out. 1812.

²¹ PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 60, doc. 39. Ofício, Vila da Praia, 28 de Out. 1812.

²² PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 60, doc. 39. Ofício, Vila da Praia, 28 de Out. 1812.

descumprimento de uma ou outra determinação do governo central. Segundo o governador, para cumprir a [...] *lembrança digna da sabedoria, beneficência, e humanidade de Vossa Excelência* era necessário que antes à confecção dos armazéns *devia preceder a dos Caminhos e Carros de Bois para se poderem fazer os Transportes para os mesmo Depósitos [...]*.²³

Ao colocar suas realizações antes das ordens recebidas, António de Lencastre buscou demonstrar o desinteresse do governo central em socorrer Cabo Verde, conforme ilustrou com a mudança do capitão-mor João Carlos da Fonseca Rozado da ilha do Fogo para a de São Vicente.

Passou, pois, da ilha do Fogo a de São Vicente o Capitão Mor João Carlos da Fonseca Rozado com trinta escravos, tendo oferecido cinquenta, e mais vinte Casais com 112 Almas. Deram-lhe para seu sustento cinquenta moios de milho do Fogo por uma vez somente – oito carneiros, vinte e cinco Barricas, um Caixão com algumas ferramentas e duas Arrobas de pólvora, um Caliz, um Missal, uma Cazula, uma Alba, um Frontal, um Altar portátil e vinte armas; e nada mais se lhe deu, [...] *afiguravam-se os seus recursos maiores do que realmente eram: mas o certo é gastou nisso o que tinha.*²⁴

A parca ajuda oferecida pelo governo central, mais as limitações impostas pela natureza e o baixo desenvolvimento da economia, traziam consequências, especialmente para o comércio. O próprio António de Lencastre afirmou: [...] *não é no presente estado das coisas n'estas ilhas, que este Artigo pode ocupar grande lugar; porquanto se o Comércio é a troca de supérfluo, pouco há que cogitar deste, onde falta o necessário.*²⁵

A consequência foi a substituição do que Cabo Verde produzia. Se anteriormente era possível, por exemplo, ter produção de panos, aguardente e tabaco, estes foram substituídos pelas importações da Europa de *Grazarias (sic), Estamparias e Tabaco e Aguardente da América*. O algodão²⁶, um dos produtos de maior valor da possessão e sempre citado para o desenvolvimento, passou a ser importado do Maranhão. Todo esse processo

²³ PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 60, doc. 39. Ofício, Vila da Praia, 28 de Out. 1812.

²⁴ PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 60, doc. 39. Ofício, Vila da Praia, 28 de Out. 1812.

²⁵ PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 60, doc. 39. Ofício, Vila da Praia, 28 de Out. 1812.

²⁶ PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 54, doc. 1. Ofício, 8 de jan de 1803 de António Pusich ao Visconde de Anadia – Secretário de Estado dos Negócios do Ultramar sobre a situação das ilhas e diversos outros assuntos.

limitou a exportação caboverdiana a *refrescos, peles, coiros e sal*,²⁷ sem mencionar a urzela, monopólio da coroa.

Observa-se nesse processo a substituição dos produtos que antes eram produzidos por Cabo Verde pela importação oriunda do Brasil. Para o governador António de Lencastre, a alternativa seria estimular negociantes da praça Brasil ou de Portugal para formar uma sociedade mercantil a fim de explorar a pescaria efetiva de Cabo Verde. Possivelmente a indicação dos negociantes brasileiros se deu em razão do predomínio exercido pelos comerciantes do Maranhão. Tais comerciantes forneciam o algodão para as “manufaturas dos panos” (Senna, 1987: 15).

Na discussão em torno daquilo que era produzido pela possessão, não houve citação do produto de maior valor para Cabo Verde. O café de grande resultado em São Nicolau e em Santiago continuou sem menção em documento de 1813 escrito por Aniceto António Ferreira²⁸, no qual indicou *com a mais séria atenção a plantação de Mandioca nas terras de rega/com preferência a todas as mais plantações* (Pereira, 2016: 205-207).

Também em 1813, Manuel Alexandre de Medina e Vasconcelos descreveu, dentre outros aspectos, a inevitabilidade de *criar em cada ilha um Inspector de Agricultura para animar a mesma, punir os inertes, e distribuir os instrumentos dando conta a mesma Junta d’Agricultura dos seus progressos*.²⁹ A junta³⁰ foi estabelecida em 1812 por ordens régias objetivando a cultura do café e a criação de estabelecimentos filiais nas ilhas sob a designação de “Sociedades Agronômicas” (Neves, 1830: 71).³¹

²⁷ PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 60, doc. 39. Ofício, Vila da Praia, 28 de Out. 1812.

²⁸ Aniceto António Ferreira chegou à ilha da Boa Vista durante o período de dominação da Companhia do Grão do Pará e Maranhão, entre 1756 e 1770. Tornou-se Capitão-Geral e Comandante da ilha da Boa Vista. Ver mais: <https://capeverdehistoryunearthed.com/tag/aniceto-antonio-alvares-ferreira-mendes/>.

Acesso em: 2 de Ago. de 2017.

²⁹ Principaes objectos, que se devem realizar para fazer prosperar a agricultura nas ilhas de Santiago de Cabo Verde, datado em 27 de março de 1813.

³⁰ Junta: governador (presidente); ouvidor; juiz ordinário da capital; escrivães e deputados.

³¹ Compostas por: comandante militar; vigário; feitor da Fazenda e escrivão da Câmara.

Cabo Verde no pós-tratado de 1815

Cabo Verde, conforme relatou seu governador, demonstrava o baixo impacto da nova proibição do comércio de escravizados. Como bem observado na análise realizada por Daniel Pereira, nas seis laudas do referido documento, o impedimento imposto pelo tratado de 22 de janeiro de 1815, que aboliu o comércio de escravizados em toda costa de África ao norte da linha do Equador, ocupou apenas um único parágrafo (Pereira, 2016: 267). Este se limitou a informar sobre o recebimento do aviso e das ordens expedidas aos *Comandantes Respectivos das ilhas, a Praça de Guiné [...] o disposto na Convenção e tratado [...] de ter cessado o tráfico da Escravatura ao Norte do Equador.*³²

O motivo pela inexpressiva atenção à proibição do comércio de escravizados se deve ao exclusivismo do mesmo exercido pela Companhia do Grão Pará e Maranhão (1758 a 1778). Privilégio que ocasionou o aumento do preço dos cativos (Pereira, 2006: 24-25) até chegar ao ponto de declínio da comercialização acelerado pela pressão inglesa e, posteriormente, pelo alto preço pago no Brasil, enquanto em Cabo Verde durante o decênio de 1810 *cada escravo ou escrava era avaliado por certo número de vacas* (Senna, 1987: 60).

Retornando ao ofício do governador, a comunicação saudava e felicitava a atitude da “Vossa Alteza Real”, que autorizou reverter ao Cofre Real da possessão as *Somas provenientes da Venda da urzela que destas ilhas se exportar para o mercado da Inglaterra.*³³

Como o comércio da urzela era monopólio da coroa, a possibilidade de reverter ao cofre de Cabo Verde toda a comercialização com o mercado inglês traria novo fôlego econômico. Por esse motivo, o governador opinou *que muito e muito conviria que Sua Alteza Real Ordenasse que nesta ilha Capital,*

³²PT/AHU/CU. Cabo Verde. Cx. 64, doc. 6. Ofício do governador de Cabo Verde para o conde da Barca, António de Araújo de Azevedo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Vila da Praia, 20 de fev. 1816. Documento também transcrito em Pereira, 2016, p. 267-275.

³³ PT/AHU/CU. Cabo Verde. Cx. 64, doc. 6.

*de baixo da Inspeção da Junta da Real Fazenda, se fizesse a venda da urzela pois que disso devem resultar as Vantagens de maior Consumo que aquele que os Administradores em Londres têm indicado [...].*³⁴

A proposta de Antônio de Lencastre objetivava que a comercialização e o lucro ficassem em Cabo Verde, eliminando assim custos da comercialização na Inglaterra, como frete, seguros e comissões. Com a negociação direta, Cabo Verde teria a possibilidade de promover sua economia, impactando diretamente em seu comércio e agricultura.

A solicitação ao governo central e a proposta do governador foram encaminhadas por meio do ofício de 20 de fevereiro de 1816. Em pouco menos de dois meses, um novo foi confeccionado com a apresentação dos cálculos de custo e lucro da comercialização da urzela por Cabo Verde. O cálculo teve como base 3.000 quintais de urzela/ano, que, subtraindo todos os custos, apresentavam um valor líquido de 52:560\$000 réis de um total bruto de 65:280\$000 réis.³⁵ Muito superior ao valor de 10:000\$000 réis apresentado por Antônio Pusich em um bom ano de produção.

Além dessa propositura, não aprovada pelo Conselho Ultramarino, salientamos uma segunda proposta presente no ofício/resposta ao Aviso da Secretaria de Estado sobre o tratado de 1815. O governador propôs a introdução do cultivo do milho, *que sendo abundancia virá a ser uma grande e interessante artigo de exportação para ilha da Madeira*.³⁶ Nas duas propostas, não há menção ao café, que também não é citado entre as produções existentes em Cabo Verde no ano de 1818 (Senna, 1987: 29-53).

Em razão do impacto da seca e da fome vivenciadas nos primeiros anos do século XIX, confeccionou-se uma lista dos principais gêneros que poderiam permitir a prosperidade do arquipélago e o desenvolvimento de sua

³⁴ PT/AHU/CU. Cabo Verde. Cx. 64, doc. 6.

³⁵ PT/AHU/CU. Cabo Verde. Cx. 64, doc. 6. Ofício do governador de Cabo Verde para o conde da Barca, Antônio de Araújo de Azevedo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Vila da Praia, 20 de fev. 1816. Documento também transcrito em Pereira, 2016: 267-275.

³⁶ PT/AHU/CU. Cabo Verde. Cx. 64, doc. 6.

agricultura.³⁷ O agravamento da condição durante o decênio de 1810 e início do seguinte forçou o governador João da Matta Chapuzet a solicitar investigação, datada em 25 de abril de 1825, sobre *as plantas, raízes, frutos medicinais e águas minerais que eram ou poderiam ser produzidos naquele solo*.³⁸ Na descrição resultante verifica-se a citação de uma gama de culturas, mas, outra vez, sem menção ao café.³⁹

Na documentação analisada, a ausência do café entre os produtos mencionados para alavancar a agricultura destaca-se por ser a cultura apontada como a mais importante de Cabo Verde. Apesar de sua importância para a economia caboverdiana, informações sobre a produção de café não foram encontradas nas correspondências dos governadores até o período inicial da década de 1820.

Com o início do processo de emancipação do Brasil, o governo central preocupou-se em desenvolver as possessões em África. Havia nesse novo cenário, afinal, o risco de suspensão do fornecimento de produtos cultivados pela ex-colônia, como café, algodão e mandioca. Assim, a preocupação inicial foi ampliar a cultura de produtos cultivados e/ou fornecidos pelo Brasil. Os primeiros projetos⁴⁰ nos quais houve a manifestação de desvelo foram apresentados às Cortes Extraordinárias (1821 a 1822) e Ordinárias, ocorridas entre novembro de 1822 a março de 1823 (Alexandre, 2008: 15-104).

Apreensivos com o possível impacto negativo no abastecimento na metrópole, os deputados debateram em 8 de junho de 1822 o projeto que buscava promover o povoamento e a colonização da ilha cabo-verdiana de São Vicente, mencionando como parte do processo o cultivo das plantas do

³⁷ Principais objectos que se devem realizar para fazer prosperar a agricultura nas ilhas de Cabo Verde. Documento de Ancieto António Ferreira de 27 de março de 1813. Transcrição presente em Carreira, 1987: 59-60 e em Pereira, 2016: 207-208.

³⁸ PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx. 79, doc. 78. *Ofício*, Santiago, 24 de abr. 1825. Solicitação de 25 de outubro de 1824, inicialmente realizada “nas ilhas e terras de Guiné” e, posteriormente na ilha de Santiago de Cabo Verde.

³⁹ Sal nativo e artificial, urzela, anil, algodão, milho, erva do tabaco, vinho, feijão, abóbora, mandioca, cana-de-açúcar, açúcar, aguardente, melão, banana, laranja, ananás, melancia, hortaliça.

⁴⁰ Sobre os debates em torno dos projetos para Cabo Verde, Angola e São Tomé e Príncipe ver Souza, 2017: 04-15 e Souza, 2020.

café e algodão. Entretanto, a ilha foi apontada como inadequada para as mencionadas culturas por ser muito “ventosa” e pouco povoada.⁴¹

Durante o processo de independência do Brasil e, posteriormente, do reconhecimento português, Cabo Verde lidou ainda com alíquota superior sobre seus produtos em relação a cobrada sobre os gêneros oriundos do Brasil.

Motivada pelo beneficiamento oferecido à produção brasileira por meio do art. 10º do tratado de Paz e Aliança de 29 de agosto de 1825, surgiu em 19 de junho de 1826 a Representação dos Comerciantes da Praça de Lisboa, que foi entregue a Real Junta do Comércio em Lisboa. Os assinantes, todos comerciantes, alegavam que o favorecimento aos produtos brasileiros provocava desvantagem e o atraso das províncias. E ainda que *as restantes possessões Portuguesas menos favorecidas que ele [Brasil] [...] pela fertilidade de que são susceptíveis, podem fornecer a Mãe Pátria com iguais gêneros*. Solicitaram, portanto, providências acerca das condições em que se encontravam as ilhas de Cabo Verde. O documento continha 22 assinaturas e pontuava sete motivos que mantinham Cabo Verde improdutivo.⁴²

A alta cobrança foi apontada como a principal razão pela improdutividade das ilhas. Ao exemplificar o impacto da taxa sobre o valor final do produto, tomamos conhecimento da continuidade da cultura cafeeira que sofria com o “absurdo”: *que uma arroba de Café de Cabo Verde para muito perto de 1\$800 reis e a mesma arroba de Café brasileiro sobe muito pouco de 600 reis, sem que o consumidor de maior valor aquele do que a este. Que tais são os males que afligem e conservam improdutivas as ilhas*

⁴¹ Debates Parlamentares das Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa 1821-1822. Lisboa, 08 de julho de 1822. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/029/1822-06-08?sft=true&q=caf%25C3%25A9&pPeriodo=mc&pPublicacao=c1821#p382>.

⁴² PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx. 85A, doc 81. *Representação dos comerciantes da praça de Lisboa*, Real Junta do Comércio, 23 de nov. 1826.

de Cabo Verde.⁴³ O café caboverdiano,⁴⁴ ainda era cotado a preço abaixo do praticado no mercado.⁴⁵

Para apurar a solicitação dos requerentes, foi ordenado ao ex-intendente-geral de Cabo Verde, Antônio Pusich,⁴⁶ que atuasse como informante, emitisse um parecer sobre o pretendido e argumentasse na Representação. Na investigação, Pusich chamou atenção para a qualidade e fertilidade do solo das ilhas, que possibilitavam o cultivo de todos os *frutos do Brasil*. E destacou, inclusive, *que alguns destes frutos como o café, anil e aguardente de cana-de-açúcar são de melhor qualidade dos de Brasil*.⁴⁷

Para Pusich, era necessário que todos os gêneros e produtos exportados para Portugal fossem tributados na alfândega com as mesmas alíquotas, ou até mesmo menores, que aqueles oriundos do Brasil: *liberdade de direitos para o comércio interno entre as ilhas; as terras incultas e as que se abrirem livres de foro por 10 anos e a liberdade de direitos para os produtos portugueses destinados a Cabo Verde*.⁴⁸

Ainda de acordo com Pusich, a ilha de São Vicente era *quase todo baldio, a qual pela vastidão e segurança do seu porto em todas as estações do ano e pela preciosidade do seu terreno virgem, apto para todas as produções*". Afora a riqueza do solo, o segundo motivo para a transformação era a *sua primitiva decadência e miséria*.⁴⁹ Ou seja, uma imensa quantidade de terras virgens que possibilitavam o cultivo do café, apesar de já ter sido considerada inadequada por ser muito "ventosa".

⁴³ PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx. 85A, doc 81.

⁴⁴ A representação surge em um momento de alto crescimento da presença do café brasileiro no mercado internacional, no qual o Brasil exportava 101.410 sacas (Porto-Alegre, 1879: 473; Taunay, 1945: 547; Marquese, 2009: 355-356; Martins, 1992: 148).

⁴⁵ PT/AHU/SEMU- DGU – Cabo Verde, Cx. 53, doc [s.n]. No início da década de 1830 foi apresentada a proposta de comprar toda a produção do café cabo-verdiano em torno de 1.923 réis a arroba, enquanto São Tomé negociava a 2.300 réis.

⁴⁶ Ex-governador de Cabo Verde (1818-22) e anteriormente intendente da Marinha (1801-1811).

⁴⁷ PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx. 85A, doc 81. *Representação dos comerciantes da praça de Lisboa*, Real Junta do Comércio, 23 de nov. 1826.

⁴⁸ PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx. 85A, doc 81.

⁴⁹ PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx. 85A, doc 81.

Diante da nova realidade com a independência do Brasil, a ampliação da cultura do café e, também, do algodão foi a forma encontrada para o maior desenvolvimento da agricultura. Assim, a partir da comercialização da produção buscar maior diversificação e circulação de produtos agrícolas.

Conclusão

Como já mencionado, o café era uma das principais riquezas de Cabo Verde no início do Oitocentos. Sua produção, no entanto, não se desenvolveu mais em razão do interesse do governo central pela produção oriunda do Brasil, assim como dos longos períodos de seca, que impactavam diretamente seu florescimento. Os morgadios foram outro obstáculo, considerando a concentração de terras nas mãos de poucos indivíduos sem a exploração das mesmas.

Todas essas questões não explicam o silêncio sobre a produção e comercialização do café caboverdiano, aliás, de qualidade equiparável ao do Brasil. Tal silêncio suscita diversos questionamentos sobre a política portuguesa relativa às suas colônias, que, de acordo com Fernando Novais, se manifestava *como resposta aos problemas efetivos que a manutenção e a exploração do ultramar apresentavam à metrópole* (Novais, 2019: 19). Mas durante as três primeiras décadas do Oitocentos, Cabo Verde teve seus problemas ignorados pelo governo central que passou a cobrar do arquipélago maior desenvolvimento, este a cargo de seus moradores como os custos para o incremento agrícola, por conseguinte, comercial.

Sendo o café um produto voltado para o mercado externo, seu cultivo se manteve mesmo sofrendo com a alta taxaço imposta pela metrópole. A alíquota de 30% impossibilitava a barganha com a sede do império, que, por sua vez, pouco movimentava a rota com as ilhas. O estímulo ficava então a cargo dos moradores, que não obtinham do governo central o socorro necessário e, muitos menos, recursos para movimentar e impulsionar o itinerário.

As questões relacionadas a exploração de Cabo Verde só foram consideradas a partir do processo separatista do Brasil, que provocou o

“ressurgimento” do interesse do governo central sobre o café produzido. A partir do momento que os “tentáculos” do império se voltam para as possessões em África, nota-se a busca por maior controle e fiscalização. Foi exatamente o período aproveitado pelos comerciantes da praça de Lisboa para requererem melhor taxa sobre a comercialização do café caboverdiano.

Dessa forma, o silêncio ou a falta de menção sobre a cultura cafeeira em Cabo Verde ocorreu não somente em razão das necessidades básicas de sobrevivência dos moradores do arquipélago. Mas também pelo desinteresse do governo central, enganando-se no falso “descanso” oferecido naquele momento não pelo ouro (Barros, 1789: 135), e sim pelos gêneros oriundos do propínquo e independente Brasil.

Referências bibliográficas

Fontes

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU
Conselho Ultramarino

Avulsos/Cabo Verde:

PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 54, doc. 1.

PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 54, doc. 61.

PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 58 A, doc. 01.

PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 58, doc. 44.

PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 60, doc. 39.

PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 64, doc. 6.

PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx. 79, doc. 78.

PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx. 85A, doc 81.

PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx. 97, doc 102.

Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar

Avulso/Cabo Verde

PT/AHU/SEMU- DGU – Cabo Verde, Cx. 53, doc [s.n].

Periódico

Correio Braziliense de setembro de 1808.

Fontes impressas

AUBLET, Jean-Baptiste-Christophe-Fusée. *Histoire des plantes de la Guiane françoise: rangées suivant la méthode sexuelle; avec plusieurs mémoires sur différens objets intéressans, relatifs à la culture & au commerce de la Guiane françoise, & une notice des plantes de l'Isle-de-France*. Paris, 1775.

BARROS, Jozé Joaquim Soares de. Memória sobre as cauzas da diferente população de Portugal em diversos tempos da monarquia. In: *Memórias*

econômicas da academia de ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas. Tomo I. Lisboa, 1789.

CARRREIRA, António. *Descrições oitocentistas das ilhas de Cabo Verde.* Nem Martins: Gráfica Europam, lda, 1987.

LIMA, José J. Lopes. *Ensaio sobre a statistica das Ihas de Cabo Verde do mar Atlântico e suas dependências na Guiné portuguesa ao norte do Equador. Livro Primeiro.* Lisboa: 1844.

Males que tem resultado a Portugal dos tratados de Commercio celebrados com a Inglaterra: necessidade de promover a nossa industria fabril e meios de tirar vantagem da navegação e commercio com as nossas possessões ultramarinas a despeito das tramas do Governo daquele Paiz. Typographia Lisboense. Lisboa, 1840.

NEVES, José Accursio das. *Considerações políticas e comerciais sobre os descobrimentos e possessões dos portugueses na África e na Ásia.* Impressão Régia: Lisboa, 1830.

PORTO-ALEGRE, Paulo. *Monographia do café, história, cultura e produção.* Lisboa: [s.n.], 1879, p, 473.

SENNA, Manuel Roiz Lucas de. *Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde 1818.* Lisboa: Gráfica Europam, 1987.

TAUNAY, Affonso d'Escragno. *Pequena História do Café no Brasil: 1727-1937.* Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim. *A questão colonial no parlamento. Vol I (1821-1910).* Lisboa: Publicação Dom Quixote, 2008.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal económico: esboços de história.* Lisboa: Clássica, 1947.

CARDOSO, A. P. Silva. *Café: cultura e tecnologia primária.* Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração, 1994.

CARDOSO, José Luís Miranda. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808).* Dissertação de Doutoramento em Economia apresentada a Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia. Lisboa, 1988.

CARRREIRA, António. *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460 – 1878).* 2º Ed. Mem Martins: Gráfica Europam Lda, 1983.

COSTA, Eleonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Münch. *História econômica de Portugal (1143-2010)*. Lisboa: A Esfera do Livro, 2011.

MANCHESTER. Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

MARCELLINO, Martins & Johnston Exportadores Ltda, (eds.). *150 Anos de Café*. Rio de Janeiro, 1992.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: Grinberg, Keila e Salles, Ricardo. *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009.

NOVAIS, Fernando, A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora 34, 2019.

PEDREIRA, Jorge. O Processo econômico. In: PEDREIRA, Jorge; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O colapso do império e a Revolução Liberal 1808-1834*. Vol I. Lisboa: Editora Objectiva, 2013.

PEDREIRA, Jorge. Portugal no Mundo. In: PEDREIRA, Jorge; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O colapso do império e a Revolução Liberal 1808-1834*. Vol I. Lisboa: Editora Objectiva, 2013.

PEDREIRA, Jorge; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As chaves do período. In: Pedreira, Jorge; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O colapso do império e a Revolução Liberal 1808-1834*. Vol I. Lisboa: Editora Objectiva, 2013.

PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo. *Os caminhos da revolta em Cabo Verde e a Cultura de resistência: as revoltas dos Engenhos (1822) e de Achada Falcão (1841)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

PEREIRA, Daniel A. *Novos subsídios para a história de Cabo Verde (século XIX)*. Lisboa: Rosa de Porcelana, 2016.

SILBERT, Albert. *Do Portugal de antigo regime ao Portugal oitocentista*. Tradução: José Raimundo Correia de Almeida. Lisboa; Livros Horizonte, 1972.

RIBEIRO, Orlando. *A ilha do Fogo e as suas erupções*. Edição da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: Gráfica Maiadouro, Lisboa 1997.

SANTOS, Danilo de Jesus da Veiga. *O Cabo-verdiano através dos olhos de forasteiros: representações nos textos portugueses (1784-1844)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

SOUZA, Alan de Carvalho. *O café em África no período de reconhecimento da independência do Brasil*. Revista Mosaico. 2017 jul./dez.; 08 (2): 04-15.

SOUZA, Alan de Carvalho. *Do Brasil para África: o café na viragem do império português (1807-1850)*. Tese. Programa Interuniversitário de Doutoramento em História – Universidade de Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora. Lisboa, 2020.

_____. *A importância do café para São Tomé e Príncipe frente à proibição do comércio de escravizados pela Inglaterra*. Revista Afro-Ásia, n. 63, 2021.